

A agonia de Tântalo: Reflexões acerca da precarização da formação e trabalho docente.

Danielle do Nascimento Rezera¹

Raquel Viana dos Anjos²

Izac de Sousa Belchior³

RESUMO

Tendo em vista a complexa relação entre formação e atuação docente, discutimos, à luz teórica de Gramsci, como a conformação dos sujeitos tem sido organizada no campo das relações pedagógicas da fase atual do neoliberalismo brasileiro, considerando as direções sociopolíticas que constituem os espaços públicos e as identidades a partir de seus processos históricos, que se intercambiam e reconectam com as formas de poder e domínio dinamizados pelos avanços e recuos assumidos pelos atores sociais (excluídos e incluídos) na esfera pública e o *ethos* de exclusão [senso coletivo] que constitui a relação social. Notamos que no contexto da educação, a medida em que seus atores são subordinados a uma formação aligeirada, delgada e instrumentalizada para uma atuação docente voltada para a mercadificação da educação, há intensificação da expropriação do conhecimento para todos os envolvidos no processo educativo, repercutindo sobre as possibilidades de uma educação complexa e emancipadora. Tomamos o mito de Tântalo, que teria tentado compartilhar os conhecimentos dos deuses com os mortais e foi cruelmente castigado, para indicar que tal elemento figurativo serve para explicitar a subtração do direito ao conhecimento, bem como a formação humana pautada em uma perspectiva subalternizadora pela hegemonia dominante. Metodologicamente, nos ancoramos na análise de conteúdo da legislação e de revisão sistemática de artigos científicos que versam sobre a BNC-Formação, buscando a compreensão do ensino e da prática docente a partir de análises da contrarreforma da formação de professores no Brasil, e as implicações desse processo nas contrarreformas educacionais e em políticas públicas voltadas às terceirizações no campo da educação pública, que em conjunto precarizam a formação e a atuação docentes. A constituição de um engessamento/expropriação da formação de professores e da formação no espaço escolar exponenciam as formas de ampliação de diferenças e fronteiras, ademais da reificação dos sujeitos e processos educativos

Palavras-chave: BNC Formação de Professores, Precarização do trabalho docente, Reificação do conhecimento, Contrarreforma, Revisão sistemática.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, daniellenrezera@gmail.com;

² Mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, raquel.dosanjos@ifpi.edu.br;

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, belchiorizac@gmail.com

Introdução

Ao observarmos a natureza desigual inscrita nas relações sociais que historicamente tem forjado nossa sociabilidade, vemos que tal elemento também está amalgamado nas relações educativas. Sabemos, a partir de Gramsci (1975), que toda a relação de hegemonia é em si uma relação pedagógica atuando no conjunto diretivo político-social, e ela necessariamente é, também, uma relação histórica que interfere na dinâmica produtiva e na participação social. Nesse sentido, o pensador roga pelo entendimento do sujeito histórico como aquele que deve ser capaz de compreender e atuar criticamente na transformação da realidade. Assim, é fundamental que sua educação não esteja cerceada pelo ideário da expropriação, o que efetivamente se torna cada vez mais distante em nossa realidade, haja vista a intensa atuação privada e centralizadora da elite brasileira e internacional na determinação de políticas educacionais e públicas.

No construto das diferenças e desigualdades organizado pela hegemonia burguesa nacional em consonância com as determinações globais do capital imperialismo, vemos se adensar nas universidades o que Florestan Fernandes (1984) denominou um tipo de educação superior “Frankenstein”. No contexto de sua produção sobre a temática, ele referia-se à baixa universalização do ensino superior marcadamente elitista; e à manutenção do ideário colonial predominante das classes dominantes na condução política das instituições do período. Cabe lembrar que Fernandes (1975) considerava a formação em ensino superior no Brasil como de baixa diversificação de conhecimento; formação instrumentalizada nas áreas do saber técnico-profissional para formar o que ele denominou “como uma escola de elites culturais ralas e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social) de explorar o ensino superior em direções muito limitadas” (p. 56). Isto é, preocupavam-se em reproduzir o seu próprio ciclo de demandas e influências, não assumindo, portanto, as pressões para a diversificação de público e de formação, capazes de dialogar com mudanças substanciais no cenário social e produtivo brasileiro.

Estas questões transportadas à nossa atualidade nos lembram que o acesso à educação continua cingido no projeto de fratura social que sustenta a hegemonia da elite nacional e o projeto de subalternização e dependência brasileira que, conforme Marini (2000), representa parte da estrutura do desenvolvimento capitalista na América Latina, com forte marca sobre a superexploração do trabalho. Nesse sentido, atualmente a

educação em nível superior representa de modo mais acintoso tais diferenças e intencionalidades formativas esvaziadas de perspectivas de transformação para a classe trabalhadora e exponencia formas de ampliação da exploração do trabalho.

Nos parece, ao discutir nestes termos, que há uma relação tantalizante no que diz respeito à educação brasileira. Isto é, na mitologia grega, conforme Bauman:

Tântalo foi culpado de adquirir e compartilhar um conhecimento a que nem ele nem os mortais como ele deveriam ter acesso (...) dada a natureza do crime (...) Tântalo foi mergulhado até o pescoço num regato — mas quando abaixava a cabeça tentando saciar a sede, a água desaparecia. Sobre sua cabeça estava pendurado um belo ramo de frutas — mas quando ele estendia a mão tentando saciar a fome, um repentino golpe de vento carregava o alimento para longe. (Daí que, quando as coisas desaparecem no momento em que nos parecia que as tínhamos, afinal, ao alcance, nos lamentamos por termos sido ‘tantalizados’ por sua ‘tantalizante’ proximidade.) (BAUMAN, 2003, p. 13-14)

Nesse sentido, ao pensarmos o acesso ao conhecimento na formação docente, observamos uma falácia, um engodo acerca da democratização da educação, que claramente é tantalizada pelo projeto hegemônico dominante. A camada trabalhadora está sujeita a um abismo repleto de diferenças, cercada de uma promessa formativa de ampliação ao acesso à educação básica e superior, porém efetivamente, ao olhar acurado, percebe-se como expressão deste processo o distanciamento de oportunidade de participação democrático-cidadã concreta. Assim, estaríamos tão perto daquilo que nos parece ser a solução para a sociedade, ou seja, o direito e acesso ao conhecimento. Porém, ele se esvai, e nos resta a agonia de Tântalo e o distanciamento da filosofia da *práxis*, conforme entendia Gramsci (1975) como sendo um processo atrelado à uma nova concepção de mundo.

Diante dessa perspectiva formativa, consideramos o que Lopes e Rezera (2022) chamam de expropriação cultural. Para os autores, tal expropriação é uma forma de subalternização ampliada e comporta todo o sistema educativo compreendido nas formulações de políticas públicas educacionais. Uma vez que estão subsumidos à assunção neoliberal de competência, de meritocracia, privatização e atualmente a ideação do empreendedorismo, que essencialmente leva a uma reificação e alienação dos sujeitos. Afetando, não apenas o campo objetivo da relação com o conhecimento, a ciência e o direito, mas também o âmbito subjetivo, formando o que Bauman (2008) denomina de comodificação dos sujeitos, expressão de exploração ampliada de mais valia, onde o ser humano é mercadoria, antes de ser sujeito. Para o autor, à medida em que o sistema neoliberal se reorganiza, há intensificação da lógica da sociedade voltada para a

mercadificação de todas as relações, é a sociedade sujeitos-mercadoria, sempre autorresponsabilizados pelas capacidades de ser uma mercadoria vendável.

Para Rezera, Pereira e D’Alexandre (2023), a teoria do capital humano, no contexto das contrarreformas educacionais, vem subsidiar a reificação da atividade docente e da formação discente. Quando tratamos da classe trabalhadora no ensino superior, principalmente nos cursos de licenciaturas, verificamos que a “educação e democratização do conhecimento e da formação, sob a égide de um acesso direcionado às demandas imediatistas do trabalho e das políticas públicas, subsidiam estruturas organizacionais privadas (p. 18).

Assim, a dinâmica das **contrarreformas delineadas no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) estruturam um circuito de expropriações no campo educativo, organizadas à partir das orientações das políticas de organismos internacionais - Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), com forte apelo mercadológico e privatista da educação, aos quais são consubstanciados de modo legal pelo aparelho do Estado e direcionado a todas as esferas educativas (DOURADO & OLIVEIRA, 2018). Desse modo, forma uma cadeia que retroalimenta a complexa rede de influência que visa a mercadificação da educação em seus variados níveis. Uma das manifestações desse processo é a instrumentalização de processos formativos, que são desarticulados de perspectivas críticas, plurais e complexas — que em conjunto poderiam, sob essas lógicas, representar maior autonomia e reflexão acerca da realidade atual e futura — e, ao contrário, são formações cada vez mais orientadas à flexibilização do conhecimento e à expropriação cultural dos entes partícipes do processo.**

Nos cursos de licenciatura tal questão acaba por alienar não somente o educando na compreensão da episteme de seu trabalho, como também recalca as possibilidades de intervenção crítica e complexa que deveria ser capaz o futuro docente.

Tomando tais questões, buscamos compreender a constituição da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s para a formação inicial de professores da Educação e estabelece a Base Nacional Comum – Formação, delineada por uma expressiva **determinação educativa organizada no conjunto de aparelhos privados de hegemonia (APHs) nacionais em consonância às determinações de organismos multilaterais que subsidiam as estruturas ideológicas que sustentam a relação expropriadora.**

Pensando nas resultantes que tal medida consolida no que diz respeito à formação dos professores, é que nos dedicamos, primeiro, a caracterizar a BNC- Formação de Professores, considerando seus atores e contexto de formulação e lógica de implementação. Segundo, nos detemos às considerações acerca do trabalho docente na contemporaneidade e suas formas de precarização, buscando relacionar esse movimento com as contrarreformas que delinearão a BNC-Formação. No terceiro momento, apresentamos o levantamento de textos referenciais sobre a temática, a partir de sondagem em banco de dados do sistema SCIELO e WEB of SCIENCE (WOS), resultando na revisão sistemática que nos permite conectar as perspectivas de estudos sobre a mesma temática, e, dessa maneira, ampliar a compreensão da dinâmica da Resolução CNE/CP nº 2/2019, sob variados ângulos. Por fim, realizamos as considerações finais.

A BNC- Formação de Professores

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) instituído pela Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014), uma série de mudanças no contexto educativo ganha corpo, numa lógica de retrocessos e significativos embates de entidades do setor educativo, preocupadas com o engessamento do espaço decisório sobre a questão e também temerárias quanto a precária estrutura de financiamento, currículo, avaliações e formação de professores. Este último ponto, extremamente debatido em defesa das DCN (Resolução CNE/CP nº 02/2015), que agregava, nas dimensões da docência e da formação docente, alguma qualidade e maior complexidade (RIBEIRO et. alli, 2018). No âmbito das contrarreformas surgidas à partir do PNE, temos a Emenda Constitucional-EC/2016 (BRASIL, 2016) e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2017), esta última voltada à aprendizagem com base em competências, currículo enxuto, avaliação por desempenho (DOURADO & OLIVEIRA, 2018), que espelhará a formação docente articulada por meio da Resolução CNE/CP n. 2 de 2019 e instituição da Base Nacional Comum – BNC/ Formação de professores da Educação Básica.

Em estudo sobre a perspectiva de análise do discurso do conjunto legal que delinea a formação docente no Brasil, no âmbito da CNE/CP n.2 de 2019, Jesus e Silva (2024) observam a Proposta de Versão Preliminar – MEC/SEB dezembro de 2018, o Parecer (3ª versão) – Comissão conjunta do MEC/CNE – 18/9/2019; a Resolução CNE/CP n. 2 – Diretrizes e BNC-Formação Inicial – 20/12/2019 e, por fim, a Resolução CNE/CP n. 1 – Diretrizes e BNC-Formação Continuada – 27/10/2020, e explicitam o complexo contexto político de sua razão, isto é, tais arcabouços legais e propostas são

legitimadas sob a ótica de governos como de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022), que exponenciam a perspectiva antidemocrática nos processos decisórios e também a lógica privatista, sob a ideologia do “menos é mais”.

As autoras consideram que nos documentos levantados há um coadunado arranjo para alcance das determinações de organismos internacionais, em conjunto com o contexto empresarial brasileiro e que versa sobre o rompimento com a visão sistêmica de formação, privilegiando as competências e aprendizagem ao longo da vida.

Tais questões fazem as autoras avaliarem que há uma responsabilidade ampliada ao docente, caracterizando um encargo docente de se manter atualizado (mercadificado), quer dizer, a lógica das “competências” acaba “impactando a noção de profissionalismo” (JESUS e SILVA, 2024, p.12), e, como consequência, há a intensificação de controle sobre o trabalho docente, afetando a sua autonomia, criando condições para desconexão entre pressupostos educativos estabelecidos como universais e aqueles efetivamente exercidos, conflito avaliativo quanto aos resultados esperados pelo mercado, que exige cada vez mais na formação docente a adaptação às práticas de gestão como elemento fundamental do fazer escolar.

A BNC- Formação de Professores: O trabalho docente na contemporaneidade e suas formas de precarização

Vimos que a BNC- Formação de Professores, expressa na CNP/CP n.2 de 2019, apresenta uma forte conformação sobre as identidades e consciência dos docentes, implicados numa formação que preza pela performatividade e o gerencialismo, ao invés de um processo complexo condizente com as múltiplas realidades escolares. Nesse ínterim, podemos compreender que a precarização da formação acaba por dinamizar relações precarizantes de atuação profissional e da própria relação educativa.

A precarização do trabalho, tem sido estudada como um elemento essencial na conformação e comodificação dos sujeitos, atuando diretamente no campo objetivo, mas sobretudo no âmbito das subjetividades. Conforme Linhart (2021), a lógica neoliberal aperfeiçoou as ações psicologizantes da gestão do trabalho à medida das reestruturações produtivas. Para a autora, tal movimento exerce a cooptação da percepção e ação dos trabalhadores, individualizando-os como sujeitos capazes de assumir a competência e a hiperresponsabilização por resultados, apartando-os da relação coletiva, e explorando a lógica de concorrência entre os trabalhadores e a desagregação em pautas de interesse

destes. Linhart (2016) entende que as formas de precarização do trabalho versam sobre os mecanismos de coerção que levam o trabalhador a assumir múltiplas funções e responsabilização, para além do que foi contratado e para além de condições ideais de trabalho, muitas vezes disfuncionais, sem estrutura adequada, sem acesso a formas de execução e sem o comprometimento psicofísico do trabalhador.

Assim, verifica-se uma política de individualização deliberada que exponencia a exploração do trabalho. Entendemos que sob este aspecto, no contexto da formação docente, há um preparo para esta racionalidade, dado que a precarização do trabalho se expande com a reestruturação das leis trabalhistas e as formas de trabalho não formais ou aquelas atreladas à terceirização das atividades. Sem contar a responsabilização por constante capacidade de vendabilidade, performatividade, num contexto de ampla concorrência e falta de oportunidades, gerando o que Fontes (2018) considera expropriação social no campo do trabalho.

No que concerne aos profissionais da educação, a internalização de princípios tão contraditórios à valorização da carreira — bem como a compreensão enviesada da própria profissão e sua função social — acaba não apenas interferindo na luta contra a precarização do trabalho, como, igualmente, atinge ferozmente a identidade deste profissional, a significação social e interna da profissão docente. Esses elementos podem efetivamente contribuir para uma ampliação da desvalorização da educação, de educadores e concretamente adensam a precarização estrutural do trabalho e a precarização existencial, isto é, da figura homem (ser) que trabalha (Alves, 2013). Promovendo, desse modo, um descrédito do fazer docente, e exponenciando a atuação de ações privatistas no contexto da educação pública que constantemente se apoia na lógica da falta “qualidade”, da ineficiente atenção aos resultados e metas, e buscam, assumir para si, a competência para atuar como fonte de “solução” de tais problemas.

Podemos assumir que a precarização do trabalho docente começa então na própria formação profissional, e expande-se para as formas de atuação cada vez mais disformes, desiguais, intermitentes e muitas vezes atreladas às contratações em sistemas de terceirização do atendimento educativo, ainda mais recorrentes em municípios brasileiros, como afirmaram Adrião e Pinto (2016) sobre a proliferação das parcerias na educação como consequência dos processos de municipalização, oriundos das reformas políticas e educacionais.

Revisão sistemática

Buscando compreender a produção acerca das contrarreformas na educação, em especial, o impacto delas na formação docente através da BNC-Formação de Professores, buscamos através de revisão sistemática, baseada nos critérios do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), artigos que versam sobre a temática no contexto da compreensão das consequências da implantação de tal contrarreforma educacional, tendo privilegiado a busca nos bancos de dados Scielo e Web of Science. Nosso protocolo de pesquisa baseou-se na busca do marcador: BNC- Formação de Professores em resumos de artigos científicos; de publicações realizadas entre os anos de 2019-2024; de artigos em língua portuguesa; da seleção de estudos que versam sobre as consequências na formação discente da referida diretriz. Os dados extraídos foram analisados no plano de síntese qualitativa. Ao todo foram encontrados 21 artigos, sendo 13 elegíveis.

Dados elegíveis da seleção Scielo	Dados elegíveis da seleção WOS
<p>MESQUITA DA SILVA, M. C.; ANSELMO G, A.; DE OLIVEIRA BRITO, R. A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 104, p. e5273, 18 abr. 2023.</p> <p>Os autores argumentam que as implicações da resolução no campo da pedagogia versam sobre a desconstrução da histórica luta por qualidade no setor, agora impregnada pela lógica da especialização, com foco às atividades práticas que se sobressaem a necessária formação teórica. Os autores consideram que os déficits formativos no setor expressam a precarização a que serão sujeitados no mercado de trabalho, tanto no que concerne às condições materiais e contratuais.</p>	<p>ALVES, K. K.; DUARTE, A. L. C. Efeitos da BNC-Formação no curso de Pedagogia: Em defesa da gestão escolar e das infâncias. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e022132, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26i00.17222</p> <p>As autoras percebem na formação de professores elemento basilar na formação da sociedade, e tal questão está inscrita em nossa legislação e uma série de diretrizes que vêm sendo contrariadas e assaltadas pela BNC-Formação. Discutem que a formação deve ser entendida diante do contexto de atuação docente. Entendendo que há forte apelo a uma formação incipiente e desigual, pautada no âmbito da Gestão e da Educação Infantil, na qual reside um modelo técnico de formação, em conjunto com reformas no campo da economia do trabalho, ampliando a abertura às terceirizações no campo da Pedagogia; assim como, uma leitura de expropriação de conhecimento, com redução da pesquisa e da dimensão das infâncias, em virtude de uma licenciatura que pauta-se mais pelo gerencialismo, autorresponsabilização e individualização de resultados. Para elas, a BNC- Formação, em conjunto à Portaria n. 412 de 2021, dinamiza uma formação técnica em detrimento da teoria. Também implicam não somente a relação de aprendizagem e profissionalização dos licenciados, como também, implica nas perspectivas de autonomia das instituições formadoras de ensino superior. Forma-se para um reducionismo da profissão, em combinação com a desvalorização e desqualificação da concepção de docência integral (p.14).</p>
<p>ZUCCHINI, L. G. C.; REZENDE, A.; NUCCI, L. P. A contrarreforma da formação de professores no Brasil: BNC-Formação e os retrocessos para a valorização docente. EDUCAR EM REVISTA, v. 39, p. 1-24, 2023.</p> <p>O estudo indica que a resolução expressa um alinhamento com o receituário neoliberal, ao implementar uma formação que se limita a aspectos “técnicos e pragmáticos ajustados a uma perspectiva economicista” (p. 1). A formação centra-se em competências que restringe o docente ao planejamento, ensino e avaliação, calcados na sustentação dos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os autores vêm que a resolução cerceia um projeto coletivo em torno da valorização profissional e foca atenção à meritocracia e ao desempenho individual, engajando uma formação de caráter mercadológico, onde o docente tem um papel subalterno, despojado de controle das ações educativas.</p>	<p>ROCHA R; LAGARES, R. Formação de professores da educação básica antes e pós BNCC E BNC-FORMAÇÃO. Revista Humanidades e Inovação. v. 9 n. 18 (2022).</p> <p>Em amplo estudo sobre os sentidos privatistas da BNCC e a BNC- Formação, verificaram que tais resoluções se alinham ao projeto neoliberal. Com forte apelo doutrinário, anticientífico e pedagógico, para alcançar uma racionalidade meramente tecnicista na educação. Destacam a importância de tais contrarreformas no âmbito da lógica do mercado que as sustentam, uma vez que há uma confluência de interesses mercadológicos que se espraiam por todo contexto educativo, o que implica em padronização de currículos, gerencialismo, controle das políticas de formação de professores, reducionismo da função docente (aplicadores de conteúdo), além de abater a questão pedagógica em prol da técnica por meio de competências. Assim como, o desmonte da relação política e do engajamento crítico de associações, universidades e comunidade, que são engolidas pela democracia do mercado (centralização decisória). Os autores, mostram que com a BNC- Formação expandiram-se as “cátedras não universitárias: Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco; assim como as fundações: Lemman, Itaú Social, Roberto Marinho; os institutos: da Natura, da Oi Futuro” (p. 14), que sustentam e dominam o processo diretivo e de implementação de tais contrarreformas.</p>

<p>AZEVEDO G. A.; GOMES PEIXOTO, A.; CAMPOS MACHADO, L.; CARDOSO ALMEIDA, N. Dilemas e contradições das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>, v. 104, p. e5694, 24 nov. 2023.</p> <p>Através de análise de conteúdo, verificam que a BNC- Formação de professores expressa a concepção educativa para atender a BNCC. É um processo formativo que, conforme os autores, atrofia o conhecimento necessário para a atuação docente, focando no eficientismo e numa visão reducionista da docência, desarticulando a teoria e prática e fortemente atrelada ao tecnicismo. Não apenas um rebaixamento profissional para atendimento ao ideário neoliberal imposto no contexto da BNCC, mas também a condução de um trabalhador docilizado, incapaz de promover transformações significativas no campo crítico de sua atuação. Com baixo conhecimento científico e conhecimentos culturais, está, em certa medida, impossibilitado de dialogar com a necessária autonomia docente, principalmente, diante da complexidade educacional, diversidade regional e social na qual estão inseridos.</p>	<p>LAVOURA, T. N.; ALVES, M. S.; JUNIOR, C. de L. S. Política de formação de professores e a destruição das forças produtivas: BNC- FORMAÇÃO em debate. <i>Práxis Educacional</i>, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 553-577, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i37.6405.</p> <p>Observam que a BNC- Formação expressa um rebaixamento e esvaziamento dos currículos e do processo de formação humana, nos marcos do contexto de nosso modelo dependente ao capital-imperialismo de verve neoliberal. Há na resolução um rebaixamento e esvaziamento da formação política e pedagógica dos que prezam pela educação prática, neotecnicista. Endereçam a compreensão da resolução não apenas aos aspectos formativos, mas também, sobre a autonomia das instituições universitárias, a valorização dos docentes do magistério, e a expressão na dimensão do engajamento profissional (autorresponsabilização com próprio desenvolvimento profissional; aprendizagem dos estudantes, relação comunitária, participação e implementação do PPPs, compromisso com metodologias inovadoras, projetos, flexibilização curricular etc.). Os autores argumentam que o idealismo, pragmatismo e o neoprodutivismo acabam manipulando as subjetividades dos educadores, e, em conjunto às pedagogias das competências, descaracterizam o papel da escola, desvalorizam o papel docente.</p>
<p>XIMENES, P. DE A. S.; MELO, G. F. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>, v. 103, n. 265, 27 dez. 2022</p> <p>As autoras discutem que os princípios empresariais que orientam o saber docente, principalmente quanto à educação infantil, acabam por silenciar as necessárias ações escolares no âmbito das desigualdades sociais que vivenciam. Desse modo, entendem que há um movimento anti-intelectual na BNC- Formação, e esse processo contribui para a sustentação das contradições do sistema produtivo sob a lógica do capital.</p>	<p>DINIZ-PEREIRA, J. E. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: a BNC- formação. <i>Práxis Educacional</i>, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 53-71, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8916.</p> <p>O autor discute a resolução como consequência do contexto político conservador que se instalou no país após o golpe de 2016 e o crescimento da atuação da extrema-direita no contexto decisório em concubinato com a ideologia de mercado. Para o autor, isso representou o retorno à tentativa de homogeneizar as propostas curriculares dos cursos de formação de professores no país, assim como ocorreu durante os governos militares ditatoriais (1964-1985). O que constitui um retrocesso à toda luta histórica pela redemocratização e pela adoção de políticas construídas com esforços dos movimentos populares. Isto é, o modelo formativo pelas competências e engessamento curricular se manifesta como um ataque à preceitos democráticos e constitucionais.</p>
<p>SILVA, A. O. F.; MADELA, A.; WITTIZORECKI, E. S. As agendas do Global Education Reform Movement (GERM) e as suas relações com a Educação Física. <i>Rev. Bras. Ciênc. Esporte</i> 44 • 2022 • https://doi.org/10.1590/rbce.44.e002922</p> <p>A BNC- Formação espelha as prescrições do Global Education Reform Movement (GERM). Tendo forte apelo à concepção de eficácia dos sistemas educacionais, baseada nas reformas delineadas por organismos internacionais. O currículo voltado à questão das competências, expressam segundo os autores, uma formação de caráter pragmatista e reducionista não só dos conteúdos, mas dos sujeitos. Os autores focam atenção ao entendimento do ensino de educação física nos currículos de licenciatura na CNP/CP n. 2 de 2019 e verificam um rebaixamento da função da atividade física, apresentando traços de mercadificação, sem atenção à linguagem do movimento como representação dos sujeitos. Entendem o currículo, até mesmo impreciso e ambíguo, que, com a BNC- Formação, apresenta-se com um caráter técnico.</p>	<p>COSTA, E. M.; MATTOS, C. C. de; CAETANO, V. N. da S. Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente. <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i>, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896-909, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iEsp.1.14924.</p> <p>Sob a leitura dos espaços que ocupam a Pedagogia do Capital, os autores verificam que o <i>locus</i> da formação deixa de ser a Universidade e passa a ser a escola o espaço prioritário para as ações de ensino, pesquisa e extensão, no qual prevalece a formação pautada em competências e habilidades, expropriando o docente de capacidades analítico-críticas sobre sua profissão, sobre as necessidades objetivas, subjetivas e histórico-culturais dos seres humanos, treinados para ser o melhor capital humano alienado.</p>
<p>NEPOMUCENO, A.; MODESTO, M.; FONSECA, M.; SANTOS, H. O não lugar da formação ambiental na educação básica: reflexões à luz da BNCC e da BNC-FORMAÇÃO. <i>Educação em Revista</i>, [S. l.], v. 37, n. 1, 2021.</p> <p>As autoras contribuem na análise da referida contrarreforma, sob as lentes da Educação ambiental. Verificam as autoras que há um não-lugar para a formação ambiental, invisibilizada na BNC- Formação, o que, para elas, representa uma instrumentalização de uma formação fragmentada e reprodutivista às demandas do capital. As questões socioambientais são tratadas na formação de professores, de modo incipiente, alijadas de análise crítica capaz de fomentar instrumentos para a atuação docente no contexto escolar e da realidade social.</p>	<p>JARDILINO, J; PEREIRA, R. J. D.; GIARETA, P. F. Política de formação de professores na BNC-formação: entre a reprodução e a crítica. <i>Eccos – Revista Científica</i>, [S. l.], n. 68, p. e25205, 2024. DOI: 10.5585/eccos.n68.25205.</p> <p>Os autores reforçam a intrínseca ligação entre a BNC- Formação e a agenda neoliberal para a educação. Tal questão, implica no controle sistemático das políticas de formação de professores, garantindo a subsunção à ética e ideologia do capital. Nesse sentido, tudo torna-se possível, inclusive a liberação de atuação como professor de profissionais com notório saber e experiência em determinada área ou conteúdo, formações à base de complementação pedagógica para qualquer área de conhecimento graduada. Toda uma gama de reformas, que levam, conforme os autores, a uma propositada forma alienante de vivenciar a docência, permitindo, dessa maneira, um distanciamento da práxis transformadora, que é capaz a educação em perspectiva crítica. Isto é, a BNC- Formação em conjunto com as demais contrarreformas expressam uma política de conformação dos sujeitos às determinações expropriadores do capital.</p>
	<p>NOGUEIRA, A. L.; BORGES, M. C. A BNC-Formação e a Formação Continuada de professores. <i>Revista on line de Política e Gestão Educacional</i>, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 188-204, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25i1.13875.</p> <p>As autoras argumentam que a nova BNC- Formação tem impactos negativos não somente na formação inicial, mas também na formação continuada de professores, com retrocessos nos aspectos teórico-científicos e práticos, com ganhos ao mercado educacional. Nesse sentido, as autoras verificam que cresce o caráter provisório e emergencial para a resolução das carências pedagógicas</p>

dos professores. Lembram que a formação continuada, por não ser estruturada enquanto política pública, possui dissonâncias quanto a influência na tomada de decisões em nível estadual e municipal. Criando mais um fator de precarização, uma vez que as resoluções no campo da formação de professores vêm atendendo exclusivamente os critérios do mercado. “Diante da leitura da BNC- Formação, é perceptível que temos hoje uma estratégia que busca professores ‘[...]capazes de fornecer às empresas e ao sistema econômico indivíduos educados não para resistir à cassação dos seus direitos, mas sim para atender a uma ordem que preserve o sistema e suas desigualdades’ pois temos cortes orçamentários que impedem que metas sejam atingidas em prol de melhorias da nova Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que promulgou a BNC- Formação, impacta negativamente a formação continuada dos professores da Educação Básica, ao retirar seus pressupostos do documento e ressaltando que ela receberá uma resolução à parte, o que, ao nosso ver, mais uma vez separa a formação inicial e continuada, o que há anos já vem sendo apontado como prejudicial ao ensino público de qualidade” (p. 12).

Figura 2- Artigos selecionados e sintetizados. Elaboração dos autores.

Os artigos selecionados apresentam a avaliação da Resolução CNE/CP n. 2 de 2019, sob a perspectiva de seu impacto, tanto no que concerne à sua elaboração, quanto à sua implementação. Os artigos, em perspectiva geral, discutem o contexto capitalista no qual o Brasil está inserido e sua submissão aos ditames e *ethos* do capital internacional. Assumem que sob o baluarte neoliberal e uma forte desconstrução de práticas participativas, a educação brasileira tem sido organizada sob a concepção expropriadora tanto no que concerne ao direito à qualidade educativa, quanto à qualidade no campo da economia do trabalho. A dimensão dos riscos apresentada nos artigos, é de longe pequena. Os impactos precarizantes da BNC- Formação reverberam na formação em *stricto sensu*, como também, na conformação de trabalhadores, cada vez mais explorados e comodificados, resultando, ademais, em novos agentes educativos, tais como grupos empresariais, fundações e corporações, profissionais deslocados da agenda educativa transformadora, apassivação dos trabalhadores, através de uma incipiente formação teórica, uma intensa “adequação” aos sentidos do gerencialismo e individualização das competências, rompimento com lógicas de coletivismo.

Vemos que os estudos apresentam, em conjunto com a resolução, outras diretrizes que acompanham a contrarreforma, como as voltadas à regulamentação do trabalho, assim, a abertura de espaços, para a terceirização das formações e atuação de docentes, passa a caminhar juntas. Riscos à democracia, com a centralização decisória no campo das políticas públicas e implementação das mesmas pelos grupos hegemonicamente dominantes e abraçados à lógica da ampla exploração do trabalho, implicando danos ao direito à educação de qualidade. Também, impactos no âmbito da sociabilidade são demonstrados, quando os autores versam sobre concepção meritocrática que é reproduzida pela pedagogia das competências, por exemplo, no que tange à relação de esvaziamento de conteúdos e práticas de ampla participação dos sujeitos educativos, isto

é, o reducionismo de disciplinas como educação física e educação ambiental, que são escanteadas em detrimento do neotecnismo.

Conclusão

Ancorados na análise de conteúdo da legislação e de revisão sistemática de artigos científicos que versam sobre a BNC-Formação, vimos que o ensino e a prática docente, no contexto da contrarreforma da formação de professores no Brasil, em conjunto com as contrarreformas educacionais que mercadificam as relações educativas, acabam por precarizar a formação e a atuação docentes. E entendemos que a constituição de um engessamento/expropriação da formação de professores e da formação no espaço escolar, exponenciam as formas de ampliação de diferenças e fronteiras, ademais da reificação dos sujeitos e processos educativos. Apesar da ampliação do acesso à formação nas licenciaturas, vemos que tal questão torna-se uma relação tantalizante para os futuros professores, que em busca de encontrar saciar sua fome por conhecimento, por status profissional e por melhores condições de trabalho, acabam distanciados de uma formação complexa e integral capaz de fornecer subsídios para uma atuação comprometida socialmente, cuidada e valorizada em seus múltiplos âmbitos. Ao contrário, por meio da pedagogia das competências explorada na Resolução CNP/CP n. 2 de 2019 e as variadas reformas que a acompanham no sentido de precarizar o atendimento escolar e a função docente, verificamos o projeto conformador estabelecer-se como solução aos desafios da educação. A formação e a atuação docente em nosso país está em um processo tão penoso como a agonia de Tântalo.

Referências Bibliográfica:

- ADRIÃO, T. M. F.; PINTO, J. M. R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 2016.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho - a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, 12 (2), 235-248, 2013.
- Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/15882/10735>>.
- Acesso em: 20 jan. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores**

para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Resolução CNE/ CP n. 02 de 20 de dezembro de 2019.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. (2018). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. In: Aguiar, M. A da S.; Dourado, L. F. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Qual é.

FONTES, Virgínia. Expropiaciones contemporaneas. In: BRINGEL, Breno e BRASIL JR., Antonio (coord.). **Antologia del pensamiento critico brasileño contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione Critica – Valentino Gerratana, Istituto Gramsci. International Gramsci Society (v.1 Elettronica), Gramsci, 1975.

JESUS, J. T.; DA SILVA, A. M. T. B. O percurso discursivo da BNC- <Formação pelas Instâncias governamentais: A profissionalidade docente em disputa. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 39, n. 121, p. e13730, 2024. DOI: 10.21527/2179-1309.2024.121.13730. Disponível em:

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13730>>. Acesso em: 13 set. 2024.

LINHART, Danièle. Entrevista com Danièle Linhart: a instituição da expropriação. Cadernos de **Psicologia Social do Trabalho**, 2016, vol. 19, n. 1, p. 135-141. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/125908>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LINHART, Danièle. **La commedia umana del lavoro**. Dal taylorismo al management neoliberale. Traduttore: Scarcia G. Collana: Piani di volo. Editore: Mimesis, 2021.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

REZERA, Danielle; LOPES, Walson. Expropriação cultural: as Reformas da BNCC e do Ensino Médio em debate. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 26, n. 52, p. 271–299, 2022. DOI: 10.26694/rles.v26i52.2958. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2958>>. Acesso em: 12 set. 2024.

REZERA, D. do N.; D’ALEXANDRE, R. G.; PEREIRA DA SILVA, E. Desafios na formação docente na licenciatura de História no contexto da expropriação do conhecimento pela Resolução CNE/CP 2/2019. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 6, p. e16365, 2023. Disponível em:

<<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/16365>>. Acesso em: 17 set. 2024.

RIBEIRO, J. C. O. A. et al. A educação do campo em tempos de privatização e golpe. **Cenas Educacionais**, v.1, n. 1, p. 111–128, 2018. Disponível em:

<<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/5141>>. Acesso em: 22 jun. 2023.